

MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE CULTURAL: O PAPEL DA CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS¹

**Maria Carolina Dalberto da Silva², Tamires dos Santos³, Tarcísio Dorn de Oliveira⁴
Daniel Claudy da Silveira⁵**

¹ Artigo desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias (GTEC). O texto faz parte das reflexões oriundas do Projeto de Pesquisa “Leitura e planejamento urbano: inter-relações entre a qualidade de vida das pessoas e as cidades do futuro”.

² Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo; Bolsista do programa de fomento: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq.

³ Acadêmica do curso Arquitetura e Urbanismo; Bolsista do programa de fomento: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PIBIC/CNPq.

⁴ Professor do Curso Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNIJUI. Doutor em Educação nas Ciências pela UNIJUI. Desenvolveu Estágio Pós-Doutoral em Arquitetura e Urbanismo pela Atitus Educação (CESME).

⁵ Doutor em Desenvolvimento Regional pela UNISC; Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unijui.

INTRODUÇÃO

As edificações históricas, presentes em centros urbanos e regiões afastadas, constituem testemunhos materiais de diferentes épocas e expressões culturais. São fundamentais para compreender a trajetória histórica, social e urbana de um povo, pois guardam marcas da vivência coletiva e dos modos de ocupação do território. Para Fonseca (2005), o patrimônio edificado é uma forma de comunicação entre passado e presente, tornando visível a história e as memórias que estruturam a identidade coletiva. A conservação desses bens não apenas preserva técnicas construtivas tradicionais, que revelam modos de vida e organização social do passado, mas também favorece o aprimoramento de tecnologias contemporâneas, ao recuperar e ressignificar saberes frequentemente esquecidos.

A conservação dos marcos históricos possibilita a manutenção de vínculos simbólicos, culturais e afetivos entre indivíduos e espaço, reforçando a identidade coletiva e o sentimento de pertencimento. Como observa Moriconi (2014), a capacidade humana de enraizar-se no meio em que vive desperta dimensões sensíveis, promovendo reflexões sobre valores, memórias e significados atribuídos ao cotidiano. Para a autora, esse processo favorece uma abertura ao convívio em comunhão e comunidade, permitindo que os sujeitos reconheçam o patrimônio não apenas como herança material, mas como elemento ativo na construção de

laços sociais e no fortalecimento da coesão cultural. Desse modo, o texto intenta investigar como a preservação de edificações históricas contribui para a valorização da memória coletiva, o fortalecimento do sentimento de pertencimento e a consolidação de identidades culturais, considerando sua dimensão social, cultural e educativa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota abordagem qualitativa de caráter exploratório, utilizando como procedimento metodológico central a pesquisa bibliográfica. A análise foi realizada a partir da leitura interpretativa e comparativa de diferentes textos, permitindo identificar aproximações, contrastes e complementaridades entre os autores. Esse processo buscou compreender as conexões existentes entre a valorização do espaço construído e a constituição de vínculos identitários, evidenciando como a preservação do patrimônio contribui para fortalecer o pertencimento coletivo e a memória social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preservação do patrimônio edificado, ao articular dimensões técnicas e históricas, desempenha papel central na constituição do sentimento de pertencimento coletivo, que se consolida quando a sociedade reconhece nos espaços construídos a materialização de sua trajetória histórica e de sua identidade cultural. Nesse sentido, Choay (2001) define o patrimônio como um “laboratório vivo”, no qual tradição e modernidade estabelecem um diálogo contínuo, possibilitando a reinterpretação do passado em consonância com as exigências do presente. Preservar não se restringe à manutenção da materialidade, mas implica assegurar a transmissão de memórias, valores e práticas sociais que estruturam a vida coletiva, conferindo densidade histórica ao espaço urbano e orientando novas perspectivas de planejamento e intervenção.

O processo de reconhecimento de um edifício como patrimônio histórico frequentemente tem início a partir da própria comunidade, que, ao identificar valores culturais, históricos ou simbólicos, atribui significados à edificação e reivindica sua preservação. Essa participação social revela que o patrimônio não é apenas um objeto material, mas uma construção coletiva de memórias e identidades. Conforme destaca Rostoldo (2021, p. 153), “na fronteira entre história e memória se formam e se mantêm as

identidades individuais e coletivas, e a partir delas é que se torna possível o reconhecimento do patrimônio”. Assim, o ato de reconhecer um bem patrimonial traduz-se em prática de valorização cultural, fortalecendo vínculos sociais e assegurando a continuidade da memória coletiva.

Ao preservar uma edificação por seu significado, evidencia-se a preocupação com a conservação da cultura, das histórias de vida, do passado vivido e das memórias, considerando os múltiplos sentidos que essa materialidade representa e reaviva no imaginário coletivo. Segundo Oliveira e Lopes (2018), a arquitetura do passado proporciona estabilidade, pois o futuro se apresenta incerto e o presente é efêmero; a única certeza do ser humano reside no vivido e materializado no passado. Além disso, a preservação transcende a mera conservação histórica, constituindo uma forma de moldar o presente e o futuro, permitindo que o espaço urbano reflita emoções, resgate tradições e conecte temporalmente os sujeitos aos lugares, reforçando vínculos identitários.

A preservação de edificações históricas exerce função central não apenas como salvaguarda da materialidade, mas também como promotora do sentimento de pertencimento. Tal sentimento favorece a valorização do espaço compartilhado e estimula atitudes responsáveis em relação ao patrimônio cultural. Nesse sentido, Moriconi (2014, p. 21) observa que “o pertencimento cria uma identidade no indivíduo que fará com que ele, inserido dentro de uma comunidade e um contexto específico, se empenhe para que coletivamente lute por uma sociedade mais justa”. A participação comunitária revela-se, portanto, indispensável, pois é na confluência entre memória social e história registrada que se consolidam identidades coletivas capazes de reconhecer, preservar e atribuir valor ao patrimônio edificado.

O patrimônio não constitui um valor intrínseco, mas resulta de uma construção social continuamente ressignificada pelas comunidades, na medida em que a interação entre sujeitos e espaços produz sentidos compartilhados que, ao serem reconhecidos, fomentam a criação de uma consciência preservacionista. Moriconi (2014, p. 21), sinaliza que “com o sentimento de pertencimento é possível que as pessoas valorizem e cuidem mais do ambiente que estão inseridos e das pessoas, seres e coisas que ali participam”. Dessa forma, o reconhecimento do patrimônio como parte integrante da vida coletiva estabelece uma relação de compromisso, orientada pelo cuidado, pela proteção e pela responsabilidade social na preservação de bens materiais e imateriais que sustentam a identidade cultural.

A preservação do patrimônio arquitetônico desempenha papel central na qualificação e valorização dos espaços urbanos, funcionando como referência para os habitantes e influenciando diretamente a vida cotidiana das comunidades. Conforme Oliveira *et al.* (2024), esse cuidado desperta o senso de pertencimento e promove a continuidade dos sujeitos no espaço, incentivando a preservação da cultura, da memória e da história local. As edificações históricas configuram-se como testemunhos vivos, capazes de narrar e guardar memórias e experiências, conectando passado, presente e futuro. Dessa forma, a conservação do patrimônio arquitetônico não apenas protege a materialidade dos bens, mas também fortalece vínculos identitários e assegura a transmissão de valores culturais às gerações futuras.

Conservar edifícios históricos constitui uma estratégia eficaz para combater a homogeneização da paisagem urbana, fenômeno típico da urbanização globalizada contemporânea que compromete o desenvolvimento do sentimento de pertencimento. A preservação desses imóveis assegura não apenas a integridade estrutural, mas também a manutenção da paisagem cultural, conferindo singularidade a cada espaço urbano. Conforme ressaltam Scardueli e Gonçalves (2020, p. 3), “o conjunto do patrimônio material de uma cidade é a materialização de sua história”. É através dele que a população compreende sua identidade e produz o sentimento de pertencimento ao lugar, tornando-se, assim, uma prática essencial para perpetuar a memória coletiva e fortalecer as identidades vinculadas ao território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preservação de edificações históricas constitui um instrumento fundamental para a valorização da memória coletiva e para o fortalecimento do sentimento de pertencimento nas comunidades. Ao conservar as marcas materiais do passado, os bens patrimoniais comunicam não apenas a trajetória histórica e cultural de um povo, mas também atuam como mediadores simbólicos, capazes de consolidar vínculos identitários e sociais. O patrimônio edificado funciona como eixo estruturador da memória coletiva, pois é na interseção entre história e memória que se formam identidades que orientam o reconhecimento e a valorização do patrimônio, transformando-o em referência central para a construção de narrativas coletivas e para o fortalecimento da identidade cultural local.

Esse processo é dinâmico e alimenta-se do sentimento de pertencimento, que incentiva a comunidade a cuidar, valorizar e proteger o ambiente em que vive. A preservação de edificações históricas, portanto, deve ser compreendida não apenas como uma ação técnica, mas como uma prática cultural e social, capaz de fomentar cidadania, engajamento comunitário e fortalecimento da identidade coletiva. Ao garantir a continuidade das tradições e a consolidação da herança cultural, assegura-se que memórias, valores sociais e significados simbólicos permaneçam vivos e acessíveis, permitindo que as futuras gerações compreendam sua história, reconheçam suas raízes e mantenham o vínculo com o patrimônio cultural, reforçando o sentimento de pertencimento ao território.

Palavras-chave: Arquitetura. Identidade. Patrimônio. Preservação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Lucia Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

MORICONI, Lucimara Valdambrini. **Pertencimento e identidade**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci: paisagem, ambiente e arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, [s.d.].

OLIVEIRA, T. D. de; LOPES, C. E. J. Monumento, monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica. **Revista METAgraphias: letra JK de JK de utopias políticas possíveis**, v. 3, n. 3, p. 1-17, 2018.

OLIVEIRA, T. D., et al. Preservação do patrimônio arquitetônico: habilidades e competências instigadas nos sujeitos por meio de experiências exitosas de educação patrimonial em Ijuí/RS. **Revista Percursos**, v. 16, n. 2, p. 133-151, 2024.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. Patrimônio e identidade na fronteira da história com a memória. **Revista Patrimônio e Memória**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 152-168, 2021.

SCARDUELLI, Grasielle de Costa; GONÇALVES, Teresinha Maria. A Praça Nereu Ramos: o patrimônio cultural como fomento da memória e identidade urbana. **Revista de Arquitetura e Arte**, São Paulo, v. 15, n. 19, p. 1-25, jun. 2020.